



**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO
E ESENVOLVIMENTO RURAL**

REQUERIMENTO Nº , DE 2019.
(Dos Sr. João Daniel)

Requer realização de audiência pública para debater a execução do programa de reforma agrária e a demarcação de terras indígenas e quilombolas.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com base nos artigos 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública para debater sobre as estratégias, os instrumentos, as condições operacionais e as metas do para o programa de reforma agrária; a política fundiária; e as ações de demarcação de terras indígenas e quilombolas pelo atual governo.

Requeremos, ainda, sejam convidados para participar da audiência pública: (i) o Secretário Especial de Assuntos Fundiários do MAPA; (ii) o Presidente da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG; Coordenador da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – CONTRAF; (iii) Representante do CIMI – Conselho Indigenista Missionário; (iii) Representante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Quilombolas – CONAQ; (iv) e Representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST.

JUSTIFICAÇÃO

Até o momento ainda não foram tornadas públicas pelo governo federal as suas intenções práticas para as áreas mencionadas. A transferência da presidência da República para o MAPA da



responsabilidade pela formulação e execução dessas políticas tem gerado expectativas pouco animadoras. Contudo, entendemos que para se tomar qualquer juízo de valor é da maior importância que seja realizada uma audiência pública da CAPADR com a presença do Sr. Secretário Especial de Assuntos Fundiários do MAPA que tem a responsabilidade direta pela condução das ações do governo para a reforma agrária, a demarcação de terras indígenas e quilombolas, além da política fundiária. É com essa intenção que tomamos a presente iniciativa que propõe o debate sobre esses temas com as presenças, também, de representantes de entidades de representação do público-alvo das políticas em referência.

Sala as Comissão, em de março de 2019.

João Daniel

Deputado Federal (PT-SE)